

19/08/17 às 13h: 38 Min.

CONSTRUÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS
CNPJ: 04.257.772/0001-64

(nome completo, cargo e matrícula)

Gabriela F. V. Vazquez
33014864

Porto Velho, 10 de Agosto de 2017.

REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS N. 021/17/CPLO/SUPEL/RO
PROCESSO N. 01.1712.02537-00/2014-SESAU/RO

RDR CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - EPP inscrita no CNPJ nº. 04.257.772/0001-64, estabelecida na Avenida Calama, 1836 – São João Bosco – CEP: 776.803.746, na capital de Porto Velho/RO, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a) Francisco Alexandre da Silva, portador (a) da Carteira de Identidade nº. 694510 SSP/RO e do CPF nº. 711.326.602-97, vem, respeitosa e tempestivamente, a honrosa presença de vossa senhoria, **RECORRER DA DECISÃO QUE HABILITOU AS EMPRESAS A SEGUIR CITADAS**, o que faz pelas razões de fato e direito que passa a expor, para ao final requerer, sendo que foi solicitado as vista ao processo na data de 10/08/2017 neste órgão responsável e constatou-se que as seguintes empresas não atenderam ao itens constantes no edital.

16.4 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Os termos do art. 30 da Lei nº. 8.666/1993, acostamos às fls. 301 dos autos a Qualificação Técnica mínima estabelecida pelo Departamento de Estradas e Rodagem - DER/RO. Conforme segue:

- a) **Capacidade Técnico -profissional:** Os profissionais de nível superior devem ter atribuições compatíveis de acordo com a Resolução nº 317 de 31 de outubro de 1986, do CONFEA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e com a Resolução nº 51 de 12 de julho de 2013, do CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil) de Engenheiro Civil e/ou Arquiteto e Engenheiro Eletricista, comprovando experiência técnica de execução de obras com características compatíveis com a natureza do objeto deste Projeto, a seguir relacionados:

A empresa VCS VIEIRA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EIRELI ME não apresentou a certidão de registro pessoa física do engenheiro eletricista.

16.5- DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.5.1 - Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL, referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, observando o que segue:

- i. - Balanço Patrimonial devidamente REGISTRADO na Junta Comercial do Estado e/ou
- ii. - Balanço Patrimonial AUTENTICADO pela Junta Comercial do Estado, com o Pertinente Termo de Abertura e Encerramento.

16.5.2 - Com base nos dados constantes no Balanço Patrimonial apresentado, a Comissão Permanente de Licitação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:



- I. A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Seca (LC) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser igual maiores a 1,00 (um inteiro);
- II. Comprovação de Patrimônio Líquido, igual ou superior a R\$ 39.441,85 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais, oitenta e cinco centavos).

16.5.3 - As LICITANTES constituídas no exercício de 2017, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão Balanco Patrimonial de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão Permanente de Licitação de Obras, possa verificar se a licitante possui

- a) Capital Social Integralizado, de no mínimo R\$ 39.441,85 (trinta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais, oitenta e cinco centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos dos parágrafos 2º e 3º, do art. 31, da Lei 8.666/93.

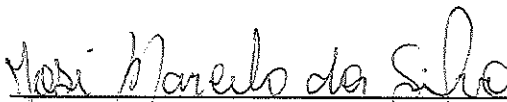
16.5.4 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do ultimo exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

As empresas VCS VIEIRA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EIRELI ME não apresentou balanço Patrimonial no envelope de habilitação, PORTO CONSTRUÇÕES LTDA não apresentou Balanço Patrimonial no envelope de habilitação.

DO PEDIDO

À vista do exposto, requer se digne Vossa Senhoria receber o presente recurso, visto que tempestivo, e, no mérito, dar-lhe provimento para inabilitar as empresas que descumpriram o edital do certame, conforme os argumentos retro delineados que se mantidos fatalmente conduzirão à nulidade do processo licitatório.

Temos que pede deferimento.


RDR ENGENHARIA E COMERCIO LTDA-EPP
CNPJ.: 04.257.772/0001-64